

## Nossa Responsabilidade e Compromisso com a Gente Brasileira

Prof. Dr. Jair Militão da Silva

Prof. Associado FEUSP - Aposentado

Professor e Pesquisador no Programa de Mestrado em  
Educação da Universidade Cidade de São Paulo

**Resumo:** Estaremos, nós educadores, oferecendo os códigos que os nossos educandos precisam para viver na sociedade atual e futura? A vida em sociedade no século XXI pede uma variedade de códigos, entre os quais, a linguagem falada e a escrita; a linguagem digital; a linguagem matemática; a linguagem científica e tecnológica. O educador deve conhecer o fundamental do processo alfabetizador para poder acompanhar e apoiar o trabalho dos que atuam diretamente com as crianças e jovens. A história registra que grandes mudanças culturais ocorreram mediante o trabalho de educadores comprometidos com a busca da melhoria da qualidade de vida humana coletiva. As políticas públicas originadas de governos democráticos, legitimamente referendados pela sociedade, devem ser praticadas pelos educadores nas unidades escolares.

**Palavras-chave:** Políticas públicas de educação. Formação de educadores. Inserção social. Linguagem e comunicação. Responsabilidade social da escola. Alfabetização

Caro (a) Leitor (a): Que bom que Você está lendo o que escrevi.

Com este artigo estamos nos comunicando, podemos estabelecer um diálogo mediado por uma linguagem comum a nós. Sem uma linguagem não é possível a comunicação, o estabelecimento de relações e, portanto, a humanização, considerando que o ser humano é um ser de relações.

Todavia, esta linguagem que estamos utilizando não é a única e, talvez nem mesmo a mais utilizada pela juventude de hoje. Nesse sentido, é bem ilustrativo o caso de uma diretora que pediu a todas as pessoas e grupos que expressassem suas posições quanto a um dado problema que estava em pauta nas discussões da escola. Ao final de alguns dias a diretora tomou uma decisão acreditando ter ouvido a todos. Para sua surpresa recebeu a visita de um grupo de educandos que reclamavam de não terem sido levados em conta na decisão da diretora. Esta argumentou que havia aberto a possibilidade de expressão para todas as pessoas e grupos existentes na escola. Estes educandos disseram: - Mas nossa opinião está escrita no muro da escola, em mais de cinco metros, com letras bem grandes e a senhora não viu? De fato, no muro da escola estava um belo trabalho de grafite, linguagem plenamente inteligível para aquele grupo, mas totalmente estranha para a diretora e para os demais participantes.

Em um mundo urbanizado e letrado como é o atual e que influencia igualmente a vida no mundo rural quem não domina esta nossa linguagem, muito provavelmente terá dificuldades em fazer-se compreender.

A expressão e comunicação necessitam de uma linguagem comum aos participantes e cada código permite o acesso a um mundo específico.

Estaremos, nós educadores, oferecendo os códigos que os nossos educandos precisam para viver na sociedade atual e futura?

A vida em sociedade no século XXI pede uma variedade de códigos, entre os quais, a linguagem falada e a escrita; a linguagem digital; a linguagem matemática; a linguagem científica e tecnológica. Elas são códigos necessários para o convívio em sociedade nos dias atuais e nos que virão.

Desse modo, às habilidades tradicionalmente consideradas suficientes de ler, escrever, contar devem ser acrescentadas outras, sem o que o círculo de integração da pessoa restringe-se cada vez mais.

Há para nós educadores um compromisso pessoal e profissional de favorecer nossos educandos na aquisição e domínio de códigos que lhes permitam conviver em círculos amplos da sociedade e não apenas em “tribos” exclusivas, com linguagens restritas e inúteis para um relacionamento com a totalidade da população.

Para isso precisamos adquirir e/ou exercitar conhecimentos, habilidades, atitudes para oferecer aos nossos educandos instrumentos de linguagem que lhes permitam a convivência social. Precisamos conhecer processos de ensino-aprendizagem das linguagens; precisamos desenvolver habilidade para programar esses processos; precisamos cultivar atitudes favoráveis a um real comprometimento com a prestação de um serviço de qualidade aos nossos educandos.

O trabalho escolar, seja em uma unidade escolar seja em uma rede extensa e complexa, apresenta uma divisão de trabalho e de poder que origina formas de atuação diferenciada. A capacidade técnica e a capacidade gerencial alternam-se no desenvolvimento das ações pessoais e coletivas. Desse modo, o educador que tem como ocupação principal a atenção das crianças e jovens em processo de alfabetização inicial necessita de conhecimentos técnicos mais específicos e precisos do que os requeridos pelo diretor da unidade que não exerce diariamente esta atenção alfabetizadora. Todavia, este último deve conhecer o fundamental do processo alfabetizador para poder acompanhar e apoiar o trabalho dos que atuam diretamente com as crianças e jovens.

Em uma sociedade onde persista o analfabetismo, cada educador deve considerar-se como chamado a conhecer processos de superação dessa condição, independentemente do cargo ou função que ocupe.

A discussão sobre metodologias de aquisição de linguagens é relevante não devendo, entretanto, ser causa de paralisação do esforço educativo, ao contrário, um pluralismo de abordagens pode permitir a comparação entre caminhos diferentes. De fato, no século passado, a chamada “década do cérebro”, nos anos 90, trouxe um série de informações novas sobre a estrutura e o funcionamento do cérebro humano. Entre estas informações uma convicção apresentou-se: a de que o cérebro humano tem uma capacidade muito grande de conhecer e o faz das mais diversas formas. Em outras palavras, o ser humano pode ser alfabetizado por “caminhos suaves” (alusão à antiga e tradicional cartilha para alfabetização) ou por “caminhos não suaves”, ou seja, o decisivo não é tanto a opção por uma dada metodologia, mas sim a existência de uma

deliberada vontade de oferecer aos educandos a oportunidade de serem inseridos no mundo da cultura letrada.

É sabido que em nosso país as políticas públicas de educação, em sua execução concreta, oscilam entre duas grandes tendências que podem ser identificadas uma como aristocrática outra como democrática. A história escolar brasileira demonstra a presença dessas tendências e seus resultados apontam para uma maior ou menor presença da valorização de um elitismo social ou de uma democratização do conhecimento e dos bens e serviços produzidos.

O conhecimento científico e técnico de uma sociedade pode ser altamente avançado sem que seus benefícios sejam distribuídos com equidade para toda população. A qualidade de vida humana, tão buscada nos dias atuais, deve conter em sua definição uma palavra a mais: coletiva, de modo a que o horizonte dos esforços seja conseguir a concretização de uma situação de qualidade de vida humana coletiva.

Prestar um serviço de qualidade a nossos educandos é colaborar para que tenham condição de viver participativamente da sociedade humana, hoje universalizada e com tanta riqueza de códigos comunicativos, lembrando sempre que a chave para a entrada nesse cofre de códigos é a capacidade de ler, compreender e escrever, ao menos, a língua materna.

É urgente a nós educadores focalizarmos com precisão as reais necessidades de nossa população. Entre estas, seguramente, encontra-se a de expressão e comunicação, que ocorrem quando se dá a compreensão dos códigos sociais vigentes.

Em uma sociedade como a nossa, dominada pela hegemonia dos meios de comunicação de massa, será utopia buscar que nossos educandos saibam expressar-se e comunicar-se autenticamente, de forma a que sua condição de sujeitos seja exercida? Toda a população sabendo expressar-se e comunicar-se universalmente é uma utopia? O que pode ser considerado como uma utopia? Algo que ainda não existe neste nosso lugar? Se for isto, esta situação nada mais é do que um desafio para o trabalho educativo: transformar situações; aperfeiçoar o ser humano, provocar mudanças.

A história registra que grandes mudanças culturais ocorreram mediante o trabalho de educadores comprometidos com a busca da melhoria da qualidade de vida humana coletiva.

O educador é aquele portador de esperança para a sociedade anunciando que é possível mudar para melhor.

A grandeza de ser educador, que ultrapassa uma visão corporativa ou apenas partidária, para ser um criador de cultura universal e humanizada está em considerar cada ser humano como portador de uma dignidade inalienável que é comum a todos. A igualdade de dignidade deve levar a um relacionamento cheio de equidade, propiciando um trabalho que alegre o educador e o educando graças à percepção da obra bem feita.

Sempre é possível aos que buscam a mudança social, mesmo com as melhores intenções, agir de modo a valorizar mais os resultados do que os processos, ou seja, o projeto de mudança pode ganhar tanta relevância que se sobrepõe às pessoas concretas. Esta situação, certamente, denuncia uma falta de ação verdadeiramente fundada na dignidade inalienável de cada ser humano.

As pessoas não podem ser meros instrumentos de projetos mesmos que estes sejam os mais belos e bem elaborados teoricamente. Dessa forma, as mudanças nas redes de ensino não podem prescindir da participação de todos os envolvidos. Indicar

mudanças a serem levadas a efeito pelos professores sem que estes tenham tido oportunidade de examinar as propostas e acolhe-las com dignidade tornando-as suas é presságio de fracasso muito provável.

Do mesmo modo, uma ação educativa que aliene o educando não é ação digna deste nome. De fato, o trabalho educativo é conduzir o educando de um ponto a outro mediante um caminho, *com a adesão consciente e permitida deste educando, conforme sua possibilidade de discernimento.*

O trabalho educativo é de natureza tal que o seu fazer já é educativo e não é apenas meio para atingir-se um fim desprezando-se o processo.

As políticas públicas originadas de governos democráticos, legitimamente referendados pela sociedade, devem ser praticadas pelos educadores nas unidades escolares. Cabe, entretanto, aos dirigentes das redes sempre ter presente o caráter de co-participante dos educadores que atuam nas unidades escolares, e isso pela própria natureza do processo educativo, de modo especial nos sistemas públicos nos quais os educadores recebem um mandato profissional, dado o cargo para o qual foram contratados pelo Estado, para executar uma função pública, de Estado e não apenas de governo. Esta prerrogativa é, por outro lado, uma responsabilidade da qual o educador não pode furtar-se. Não há como “delegar” as responsabilidades pelos fracassos do trabalho educativo nas unidades escolares aos dirigentes dos sistemas escolares, sem que antes, nas unidades, todo o possível não tenha sido feito.

A autonomia da unidade escolar tem como horizonte a possibilidade de um atendimento contextualizado às demandas concretas da população a ser atendida pela escola e isso é uma necessidade em uma sociedade como a nossa, com tantos contextos sócio-culturais específicos, por vezes em uma mesma cidade. Daí a necessidade de um Projeto Pedagógico com identidade própria de cada unidade escolar, construído pelo sujeito coletivo condutor da escola, comprometido com a melhoria da qualidade de vida humana coletiva da população abrangida.

A busca de uma sociedade mais humanizada, menos violenta, com mais justiça e equidade pede uma colaboração decidida dos educadores em seu trabalho de escolarização.

A educação em sua versão escolar contribui para a criação e manutenção das identidades pessoais e coletivas e o poder é exercido hoje mais pelo convencimento do que pela coerção. Assim, aos educadores cabe redescobrir o caráter essencialmente político do trabalho educativo. Político no sentido de que dispõe e disputa o poder com propostas diversas sobre a identidade do educando. Ao dizer quem é o educando o educador está dizendo o que ele pode ou não fazer. Torna-se interessante lembrar o costumeiro erro que cometem muitos educadores ao buscarem corrigir um comportamento inadequado emitido por um educando: ressaltam o erro; o educando “aprende” que o erro é o que o destaca dos demais e é aquilo com o qual é identificado no grupo, ou seja, sua identidade é *ser errado!* Os inúmeros “capetinhas” criados em nossas unidades escolares tornam-se, de fato, em “capetinhas” que chegam à idade adulta como “capetões”, pois foi esta a identidade que lhe foi conferida e seguidamente reconhecida pela primeira agência de socialização formal que freqüentou: a escola.

Uma sociedade democrática na qual todas as pessoas possam participar das decisões que lhes afetem a vida pede o debate social das idéias e a capacidade de expressão de todos em linguagem compreensível aos circunstantes.

O grande desafio posto a nós educadores é contribuir efetiva e criativamente, como sujeitos comprometidos com a mudança social para que nossos educandos tornem-se pessoas capazes de expressão e comunicação nas novas linguagens existentes – digital, artística, etc.

Este é o horizonte que o trabalho educativo vislumbra para os educadores comprometidos com a qualidade de vida humana coletiva de nossa população.

Continuar o trabalho começado e desenvolve-lo cada vez mais com criatividade e personalidade, sabendo que isto contribui para a construção de uma autêntica sociedade democrática na qual a população – as pessoas – possam ser sujeitos e não apenas seres conduzidos, ainda que por lideranças que se considerem democráticas capazes de “fazer tudo pelo povo, mas nada com o povo”, como já disse um dos nossos imperadores é a missão que nos pode alentar nos próximos anos de trabalho educativo em nossas unidades escolares e em nossas redes de ensino.